

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (FN) GLAUCIO RODRIGUES JUNIOR

GEOPOLÍTICA INDIANA NO SÉCULO XXI:  
*A Teoria dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan e sua capacidade de explicar o  
reposicionamento político-estratégico indiano*

Rio de Janeiro

2016

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (FN) GLAUCIO RODRIGUES JUNIOR

GEOPOLÍTICA INDIANA NO SÉCULO XXI:  
*A Teoria dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan e sua capacidade de explicar o  
reposicionamento político-estratégico indiano*

Dissertação apresentado à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF OMAR SALLES ALMEIDA

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2016

## **AGRADECIMENTO**

A minha amada esposa Brunella e a meus queridos filhos Giovanni e Valentina, pelo apoio e paciência durante a preparação do presente trabalho e pelo modo como, a cada dia, a transformam-me num ser humano melhor.

A meu pai, Glaucio, pela formação de meu caráter.

Ao CF Omar Salles Almeida, meu orientador, pela forma profissional e companheira com que me auxiliou na confecção deste estudo.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como propósito analisar os motivos que levaram a Índia a procurar novas correntes de pensamentos político-estratégico, para ajustar-se, de forma pragmática, aos novos desafios do Século XXI. Para tanto, foram apresentadas as bases do Poder Nacional e realizado um contato inicial com a Geopolítica e todas as suas expressões, a fim de introduzir a Teoria Geopolítica dos Círculos Concêntricos formulada por Raja Mohan, utilizada como base teórica do presente estudo. O autor baseou sua teoria em três círculos concêntricos que abrangem a vizinhança imediata indiana, sua vizinhança estendida e todo o palco global, onde o país tenta garantir o seu lugar em meio as grandes potências mundiais. Os conceitos identificados foram calcados na evolução dos aspectos históricos, políticos, econômicos e militares relacionados à política externa indiana, a partir de 1980, demonstrando que, apesar dos obstáculos impostos por sua antiga política de não alinhamento, algumas restrições estruturais daquele período, instituíram que não houvesse uma mudança radical em sua maneira de interagir com outros atores do Sistema Internacional. Posteriormente, as transformações na ordem mundial durante o término da Guerra-Fria propuseram alterações nos interesses do país, por seus estrategistas políticos, carreadas até o início do presente século.

Palavras-chave: Índia. Geopolítica. Política. Relações Internacionais. Teoria dos Círculos Concêntricos. Raja Mohan.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASEAN -	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BJP -	Bharatiya Janata Party (Partido do Povo Indiano)
BRICS -	Brasil - Rússia - Índia - China - África do Sul
ESG -	Escola Superior de Guerra
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
IBAS -	Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul
INC -	Indian National Congress (Partido do Congresso)
IO-5 -	Indian Ocean Five
IONS -	Indian Ocean Naval Symposium
IORA -	Indian Ocean Rim Association
ONU -	Organização das Nações Unidas
RPC -	República Popular da China
SAARC -	Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional
TI -	Tecnologia da Informação
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>GEOPOLÍTICA.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICA E PODER DO ESTADO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2</b>	<b>A CONCEPÇÃO DA CIÊNCIA GEOPOLÍTICA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3</b>	<b>AS ESCOLAS DE PENSAMENTO GEOPOLÍTICO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.4</b>	<b>A TEORIA DOS CÍRCULOS CONCÊNTRICOS.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDIANA.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1</b>	<b>O PASSADO INDIANO COMO PRÓLOGO.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2</b>	<b>DEPENDÊNCIA MILITAR E DE SEGURANÇA.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>A ÍNDIA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....</b>	<b>23</b>
<b>3.4</b>	<b>TENSÕES PERMANENTES.....</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>PERSPECTIVA PARA O SÉCULO XXI.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS INDIANAS.....</b>	<b>30</b>
<b>4.2</b>	<b>A TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA.....</b>	<b>34</b>
<b>4.3</b>	<b>VIZINHANÇA IMEDIATA.....</b>	<b>36</b>
<b>4.4</b>	<b>VIZINHANÇA ESTENDIDA.....</b>	<b>40</b>
<b>4.5</b>	<b>O PALCO GLOBAL.....</b>	<b>42</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No início do Século XXI a Índia altera a trajetória de suas bases de atuação internacionais. Com isso, notamos que a procura por um ponto de equilíbrio calcou-se no aparecimento de inovadoras correntes de pensamento político-estratégico, que ajustaram, de maneira pragmática, a política externa indiana aos novos desafios, de reposicionar o país em consonância a seu poder relativo e aos seus novos objetivos político-estratégicos.

Então, a seguinte questão de pesquisa é colocada: a Teoria Geopolítica dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan (1956 - ) é capaz de explicar o reposicionamento político-estratégico indiano no início do século XXI?

O propósito do trabalho é analisar, apoiado nos conceitos selecionados, a partir da Teoria Geopolítica dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan, os motivos que levaram a Índia a procurar novas correntes de pensamento político-estratégico, para ajustar, de forma pragmática, a política externa indiana aos desafios atuais.

O objetivo secundário é descrever a Teoria dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan, levando-se em consideração os antecedentes históricos e o atual posicionamento político-estratégico indiano.

Consideramos o tema relevante pelo fato de o mesmo contribuir para um melhor entendimento dos fenômenos geopolíticos contemporâneos, com foco na política externa indiana no início do Século XXI.

Para investigar tal questionamento, nosso trabalho será conduzido realizando-se uma confrontação da teoria com a realidade.

O primeiro capítulo é a introdução que, ora em curso, visa a apresentar o tema proposto, enunciar o problema, identificar o propósito, o objetivo secundário, a relevância e a metodologia utilizada para o trabalho.

No segundo capítulo, serão apresentadas as bases do Poder Nacional, além de ser feito um contato inicial com a Geopolítica e todas as suas expressões e, ao final do mesmo, abordaremos a teoria geopolítica dos Círculos Concêntricos formulada por Raja Mohan.

No terceiro capítulo, faremos uma breve descrição histórica relacionando aspectos da política externa indiana a partir de 1980, demonstrando que apesar dos obstáculos impostos por sua doutrina de não alinhamento, algumas restrições estruturais instituíram que não houvesse uma mudança radical em sua maneira de interagir com outros atores do Sistema Internacional. Argumentaremos, ainda, que as transformações na ordem mundial durante o término da Guerra-Fria carrearam alterações nas prioridades do país por seus estrategistas políticos.

No quarto capítulo, expandiremos conceitos relacionados aos círculos concêntricos, abrangendo a vizinhança imediata indiana, a sua vizinhança estendida e o terceiro círculo, que inclui todo o palco global, onde a Índia busca tomar o seu lugar em meio as grandes potências no início do Século XXI.

Finalmente, no último capítulo, será apresentada a conclusão da pesquisa.

Em seguida, serão definidas as bases do Poder Nacional e descritos conceitos necessários a compreensão da Geopolítica, após o que apresentaremos a base teórica que será utilizada como estrutura para as conclusões do presente trabalho.

## 2. GEOPOLÍTICA

Ao acompanharmos a história da humanidade, notamos que estadistas, diplomatas, militares, filósofos, historiadores e geógrafos de todo o mundo, a todo tempo, buscaram a interpretação das características e fenômenos dos espaços geográficos das regiões visando à formulação de soluções de caráter político para alcançar interesses específicos das nações ou dos Estados (BONFIM, 2005).

Assim, podemos afirmar que, há muito, filósofos da antiguidade, da Idade Média ou da época moderna realizam um estudo geográfico da política, ou seja, das relações entre espaço e poder.

A Geopolítica nasceu - pelo menos oficialmente, como rótulo - com o jurista sueco Rudolf Kjellén, que pela primeira vez empregou esse termo num ensaio intitulado "As grandes potências", publicado em 1905 numa revista de seu país (VESENTINI, 2004, p.15).

Não obstante ao posicionamento refletido pelas palavras acima, o Autor considera que a preocupação fundamental em tal obra, bem como nas publicações subseqüente de Rudolf Kjellén (1864-1922), era com o poderio mundial, chegando à definição de geopolítica como uma ciência que estuda o estado como um organismo geográfico.

O presente capítulo tem como propósito apresentar um contato inicial com essa ciência que procura estudar as ações dos Estados na aplicação dos poderes nacionais em todas as suas expressões e abordar a teoria geopolítica dos Círculos Concêntricos, da Escola Geopolítica Integralizada<sup>1</sup>.

Para tanto, dividimos o mesmo em quatro subcapítulos, sendo o primeiro destinado a definir as bases do Poder Nacional, os dois seguintes serão dedicados a descrever

---

<sup>1</sup> A Escola Geopolítica Integralizada considera que os avanços tecnológicos auxiliam o homem e o Estado na consecução de seus objetivos, sem desconsiderar que existem implicações naturais que limitam o seu desenvolvimento.

conceitos necessários a compreensão da Geopolítica e o último a apresentar a base teórica que será utilizada como arcabouço para as conclusões do presente trabalho.

A seguir será exposta uma síntese do conceito de Poder do Estado, necessário para que, junto com um diagnóstico da influência do espaço geográfico na política, possamos enfatizar o valor das especificidades do espaço geográfico na aplicação do poder.

## **2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICA E PODER DO ESTADO**

Ao considerarmos quaisquer tipos de relações, quer seja entre indivíduos, agrupamentos de pessoas ou sociedades mais complexas, envolvendo entes jurídicos-políticos de Estado, sempre existe a presença de relações de Poder.

Segundo PECEQUILO (2004), na política internacional, o poder é um meio e um fim, de onde instaura-se uma relação de dominação, na qual uma ou mais partes obedecem a outra.

Considerando os organismos sociais organizados, o Estado é aquele que dispõe do maior grau de poder. Dessa forma, ficam estabelecidas no relacionamento entre os Estados, situações de autoridade e subordinação entre os agentes, ficando alguns deles com mais competência para ditar regras e impor suas ideias frente aos demais, valorizando, assim, seus interesses e princípios próprios. Segundo a Escola Superior de Guerra (ESG) (2000), Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto dos homens e meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar os Objetivos Nacionais.

Para Meira Mattos (1913 - 2007), quem não dispõe de poder, não possui a capacidade de perseguir seus objetivos políticos. Sendo assim, valendo-se da Política, organiza-se e governa-se um Estado, garantindo nos âmbitos interno e externo a busca pelos Objetivos Nacionais.

De acordo com BONFIM (2005), embora único, o Poder Nacional é representado por cinco expressões: Expressão Política, Expressão Econômica, Expressão Psicossocial, Expressão Militar e Expressão Científica e Tecnológica, sendo que o exercício e a aplicação do poder faz-se por meio da Expressão Política do Poder Nacional.

De tal maneira, em que pese possuir um caráter decisivo, a Expressão Política é incapaz de agir de maneira independente, é necessário que ela cerque-se de uma situação econômica e de segurança, que lhe deem condições para assegurar a soberania de suas ações, fixando os objetivos almejados, preparando e aplicando o poder para sua conquista e manutenção. Sendo assim, concluímos que o combinado das Expressões Política, Econômica e Militar constitui o alicerce do Poder Nacional em face ao relacionamento dos Estados como atores do Sistema Mundial.

Conforme nos aponta Everardo Backheuser<sup>2</sup> (1879 - 1951), quando a Política é influenciada geograficamente na determinação de seus objetivos, estamos abordando Geopolítica, que será o assunto exposto a seguir, quando apresentaremos sinteticamente as origens do pensamento geopolítico.

## **2.2 A CONCEPÇÃO DA CIÊNCIA GEOPOLÍTICA**

Conforme apontamos na abertura do presente capítulo, o tema Geopolítica vem sendo tratado há muito. Foram encontrados registros sobre o assunto, confeccionados de maneira não sistematizada, elaborados na Idade Antiga, sobretudo na Grécia e em Roma, conforme nos aponta BONFIM (2005).

Na Idade Média, devido às características isolacionistas e corporativistas do

---

<sup>2</sup> O professor Everardo Backheuser é considerado o precursor da Geopolítica Brasileira e possui obras editadas ao final da década de 20. É dele a frase: “Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas”.

período, ocorreu uma acentuado desinteresse pelo tema.

Após 1789, foram intensificados estudos sobre o assunto. Diversos pensadores expuseram suas ideias, porém, Friedrich Ratzel<sup>3</sup> (1844 - 1904) inovou, estudando sistematicamente o assunto, valendo-lhe o reconhecimento como o precursor da Ciência Geopolítica.

Ratzel entendia que o ser humano influenciava o Estado por meio da cultura e da atividade política, permanecendo o Estado preso ao terreno, como um organismo vivo, submetido às inevitáveis leis naturais. Mais tarde, tal conceito foi utilizado por Adolph Hitler (1889 - 1945) para justificar sua política expansionista.

Segundo BONFIM (2005), Ratzel, baseando-se em seus pensamentos: "O Estado é um organismo vivo" e "Espaço é poder", bem como em outros conceitos próprios, estabeleceu as "Leis do Crescimento dos Estados", chamadas, também, de "Leis dos Espaços Crescentes", que inspiraram outras leis da Geopolítica.

Dessa forma, percebemos que, desde a Antiguidade, pensadores notaram a obrigação de expressar e estudar as relações de Poder e suas ligações aos aspectos naturais característicos do meio geográfico alocados a cada povo e cada tipo de região. Assim, vinha tomando forma aquela reunião de ideias que viria a transformar-se na Ciência que hoje estudamos, conhecida como Geopolítica.

VESENTINI (2004), após a publicação de seu ensaio "As Grandes Potências", nos aponta que Kjellén reafirmava as bases de uma nova disciplina em sua publicação "O Estado Como Forma de Vida", editado em 1916, na Suécia. Desde então, em suas obras, preocupava-se fundamentalmente com o poderio mundial, definindo a Geopolítica como "a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico". Ele também colocava a Geopolítica numa intersecção entre a Ciência Política, a Geografia Política, a Estratégia Militar e a Teoria

---

<sup>3</sup> Friedrich Ratzel (1844 - 1904), nasceu na Alemanha e foi professor de Geografia em Munique e em Leipzig, sendo o criador da Antropogeografia. Escreveu a obra "Geografia Política", na qual considerou o Estado como sendo a resultante do binário solo-homem.

Jurídica do Estado. Tal conceito interdisciplinar não era familiar ao autor, nem à sua época.

Conforme afirma BONFIM (2005), para Kjällén, seria impossível considerar o Estado exclusivamente sob o aspecto jurídico, deveriam ser acrescentadas contribuições da sociologia e da economia. Tornava-se indispensável enxergá-lo por meio de uma visão global, na qual fosse possível averiguar com a mesma ênfase a totalidade de seus fatores componentes. Kjällén introduziu, também, o conceito de nacionalismo que, por sua sugestiva significação, poderia alimentar ideias expansionistas.

Ainda, segundo BONFIM (2005), os estudos de Ratzel e Kjällén originaram leis e postulados que fundamentam a Geopolítica que é ampliada em função da percepção do poder dos Estados e do relacionamento entre os países do mundo, logo, na disputa pelo poder mundial.

Dessa forma, observamos que a ordenação mundial do início do Século XX acompanhava e era desenhada pela, então incipiente, Ciência da Geopolítica. E, da mesma maneira, ela prosseguia com o desenrolar da história e do conseqüente desenvolvimento científico e econômico dos Estados. Tal ferramenta poderia e seria utilizada por líderes de diversas potências estatais para a conquista e a manutenção de seus objetivos políticos.

Por ser um assunto bastante complexo, que provoca a laboração de ideias, estando à mercê das mais antagônicas interpretações, é natural o aparecimento de grupos de pensadores com enfoques semelhantes e que defendam interpretações comuns. Sendo assim, no próximo subcapítulo apresentaremos as Escolas de Pensamento Geopolítico.

### **2.3 AS ESCOLAS DE PENSAMENTO GEOPOLÍTICO**

Conforme acima exposto, assim como em qualquer assunto complexo, na Geopolítica também são encontradas diversas correntes relacionadas às interpretações

distintas dessa ciência. De acordo com BONFIM (2005), os pensadores geopolíticos reúnem-se atualmente em três escolas geopolíticas: Escola Determinista (Alemã), Escola Possibilista (Francesa) e Escola da Geopolítica Integralizada (Moderna).

A definição de BONFIM (2005) para a Escola Determinista é aquela na qual o ambiente físico tem influência decisiva na atividade humana, para ela: “o homem é o produto do meio”. Iniciou com as ideias de Ratzel e Kjällén, sendo seguidores entre outros: Karl Ernst Haushofer (1869 - 1946), Alfred Thayer Mahan (1840 - 1914) e Sir Halford John Mackinder (1861 - 1947), geopolíticos consagrados, que influenciaram as justificativas para as conquistas de Adolf Hitler (1889 - 1945), no início da 2ª Grande Guerra (1941 - 1945).

Assim, a Escola Determinista é aquela na qual o ambiente geográfico influencia sobremaneira o homem e, conseqüentemente, o Estado do qual ele faz parte. Sendo assim, a existência e o desenvolvimento de cada Estado são intimamente ligados às suas características naturais como extensão, tipo de solo, clima, relevo, fronteiras e aspectos demográficos.

De acordo com BONFIM (2005), a Escola Possibilista é aquela na qual “a natureza propõe e o homem dispõe”. Ela não aceita a sujeição do homem e do Estado, como entidade política orgânica, unicamente a um denominado “fatalismo geográfico”, mas, também à sua unidade cultural e nacional, tendo suas atividades governadas a partir de uma consciência coletiva dos cidadãos, por eles possuírem a competência de pensar, além de possuírem vontade própria.

Notamos que a Escola Possibilista difere da primeira por não considerar que o ambiente físico exerça uma influência tão grande na vida do homem. Para ela, cabe ao homem a escolha de seu destino, bem como, ao Estado a definição dos objetivos e ações a empreender.

Por fim, BONFIM (2005) explica a Escola da Geopolítica Integralizada como sendo aquela que propõe um posicionamento intermediário, na qual a ideia-força é: “o

possibilismo age mas, não raro, em função de um determinismo”. Ela não apresenta um posicionamento extremado como as anteriores. Defende a ideia de que se deva considerar, em suas análises e projeções, não apenas o homem, o espaço e suas águas, mas, também, o espaço aéreo, do qual podem apontar ameaças dotadas de alto poder de destruição, causadoras de graves transtornos ao Estado. Preconiza, ainda, o progresso científico-tecnológico, o que até aquele momento, não havia sido contemplado pelas escolas anteriores.

Percebemos que a Escola da Geopolítica Integralizada observa um meio termo entre a Escola Determinista e a Escola Possibilista, considerando, que os avanços tecnológicos auxiliam o homem e o Estado na superação dos obstáculos, sem desconsiderar que existem implicações naturais que limitam o seu desenvolvimento.

Dessa forma, podemos chegar a conclusão que, em que pese coexistirem várias linhas de pensamento na Geopolítica, a mesma continua sendo uma ciência multidisciplinar que tem como foco o relacionamento do homem e do Estado com seu espaço geográfico na manutenção de sua existência e do seu desenvolvimento.

No subcapítulo seguinte, abordaremos a inserção estratégica da Índia adaptada à teoria geopolítica integralizada dos Círculos Concêntricos, do geopolítico indiano Raja Mohan.

## **2.4 A TEORIA DOS CÍRCULOS CONCÊNTRICOS**

A grande estratégia da Índia divide o mundo em três círculos concêntricos. O primeiro círculo, abrange sua vizinhança imediata, no qual a Índia busca obter uma primazia, além do poder de veto sobre as ações de poderes externos. O segundo engloba a chamada vizinhança estendida, abrangendo toda a Ásia e o litoral do Oceano Índico, e é onde a Índia tem procurado equilibrar a influência de outros poderes e impedi-los de agirem contra seus

interesses. Por fim, o terceiro círculo abarca todo o palco global, onde a Índia tenta tomar o seu lugar como uma das grandes potências mundiais, um elemento chave na paz e segurança internacional, conforme nos aponta MOHAN (2006).

Podemos notar que, historicamente, a Índia foi impedida de alcançar tais objetivos estratégicos por três motivos analisados a seguir.

O primeiro foi a divisão do subcontinente indiano da Ásia do Sul ao longo de alinhamentos religiosos, inicialmente em 1947, na Índia e no Paquistão e, em seguida, em 1971, compondo Índia, Paquistão e Bangladesh. Tais situações deixaram os indianos em um conflito constante com os paquistaneses, além de acarretar em uma divisão hindu-muçulmana interna. Fisicamente, também ficaram separados estados historicamente ligados, como Índia e o Afeganistão, o Irã e os países do Sudeste Asiático.

A criação de um Estado declaradamente islâmico, o Paquistão, causou profundos problemas no envolvimento da Índia com o Oriente Médio. Tais tensões entrelaçaram-se com outras rivalidades frente a grandes potências regionais e globais, prejudicando a Índia na manobra de permanência em todos os três círculos concêntricos.

O segundo obstáculo foi o sistema socialista indiano, causador de um declínio econômico relativo constante, além de uma conseqüente perda de influência global nos anos seguintes a sua independência. Seu modelo de estado socialista levou-a a evitar envolvimento comercial com o mundo exterior. Como resultado, a Índia foi desconectada de seus mercados naturais e áreas culturalmente semelhantes na região.

Por fim, a Guerra Fria, que rapidamente, após sua independência, empurrou-a para os braços da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), em resposta ao apoio de Washington ao Paquistão e a China. Tal fato colocou o país no lado perdedor da grande disputa política da segunda metade do século XX. Apesar de ser a maior democracia do mundo, a Índia acabou por aliar-se ao campo oposto, na maioria das questões globais.

Notaremos no presente trabalho, que na última década do século XX a Índia libertou-se de pelo menos duas dessas restrições: o socialismo de Estado, que deu lugar ao liberalismo econômico e a abertura à globalização, ao término da Guerra Fria. A partir daí, Nova Delhi estaria livre para reinventar sua política externa, posicionando-se de forma a enfrentar a ascensão chinesa, mudando sua abordagem estratégica para com seus outros vizinhos, e começando a trabalhar em estreita colaboração com os grandes poderes existentes no mundo.

No próximo capítulo, exploraremos a transformação da política externa indiana, com base históricas, a partir da década de 1980.

### 3. A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDIANA

Sob um ponto de vista relacionado ao fim da Guerra Fria, hoje, a busca de uma política externa baseada no não alinhamento na melhor das hipóteses parece estranha, e, na pior, hipócrita. Estranha porque depois da fase inicial, essa política não atendeu aos interesses da Índia, e hipócrita, pois, frequentemente, a Índia falhou em seguir os seus caros princípios. (GANGULY e MUKHERJI, 2011, P.39).

Tal enfoque mostra-se verdadeiro, especialmente após a assinatura do Tratado Indo-Soviético de Amizade (1971), que, de forma contrária a sua política, alinou a Índia à URSS, distanciando aquele país dos Estados Unidos da América (EUA), durante a Guerra Fria. Ainda assim, a compreensão do contexto histórico que gerou tal política revela que ela não deixou de ser útil aos interesses nacionais indianos inicialmente.

O presente capítulo, após uma breve descrição dos aspectos históricos ligados a independência da Índia, tratará da política externa indiana a partir de 1980, demonstrando que, apesar das limitações impostas por sua política de não-alinhamento, algumas restrições estruturais impuseram que não houvesse uma mudança radical em sua política externa e que as mudanças na ordem mundial durante o fim da Guerra-Fria (1989) trouxeram alterações na reconfiguração das prioridades do país por seus estrategistas políticos.

Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro subcapítulos, sendo o primeiro dedicado a descrever aspectos históricos e conceitos necessários a compreensão da política de não-alinhamento. Os subcapítulos seguintes terão como enfoque o relacionamento do país com a URSS e seu principal sucessor, a Rússia, a partir da década de 80, bem como com os EUA, além dos dois principais adversários do país, a China e o Paquistão.

Não é intenção do presente capítulo a análise completa e profunda da política externa indiana no período, a ênfase nos momentos críticos será utilizada para que possamos embasar as conclusões deste trabalho. A seguir serão apresentados os conceitos necessários a compreensão da política de não-alinhamento.

### 3.1 O PASSADO INDIANO COMO PRÓLOGO

O primeiro grande movimento de descolonização, ocorrido durante a década de 1940, atingiu principalmente os países asiáticos, dentre eles Índia, Paquistão, Birmânia, Ceilão e Indonésia.

A Índia era um país com evidentes diferenças sociais, onde falava-se mais de 15 línguas, 845 dialetos e apesar de diversas, destacavam-se o Hinduísmo e o Islamismo como religiões predominantes, tal fato era utilizado pelo Reino Unido ao estimular a rivalidade entre Hindu e Muçulmanos, com o fito de retardar a independência.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, os nacionalistas indianos liderados por Mohandas Karamchand Gandhi<sup>4</sup> (1869 - 1948) exigiam a independência com igualdade de direitos para todas as etnias, classes e religiões. Gandhi propunha aos indianos que enfrentassem os ingleses resistindo pacificamente e sem violência. Pregava a desobediência civil, como o não pagamento dos impostos e o não-consumo de produtos ingleses.

Apesar da forte repressão inglesa aos seguidores de Ghandi, o movimento de libertação da Índia continuou crescendo até 1947, quando a Inglaterra reconheceu a independência mediante a divisão do território hindu em dois Estados; a República da Índia, para os hindus, e a República do Paquistão, para os muçulmanos.

A emancipação indiana estimulou vários outros países asiáticos e africanos a conquistarem sua independência. Cientes de que possuíam um perfil histórico e econômico-social próprio, tais países procuraram articular suas similaridades e demandas internacionais nas chamadas Conferências de Solidariedade Afro-Asiáticas, realizadas em Bandung (1955) e no Cairo (1957).

---

<sup>4</sup> Mais conhecido como Mahatma Gandhi (do sânscrito "Mahatma", "A Grande Alma"), foi o idealizador e fundador do moderno Estado indiano e o maior defensor do Satyagraha (princípio da não-agressão, forma não-violenta de protesto) como um meio de revolução.

Na Conferência de Bandung, ocorrida de 18 a 24 de abril de 1955, na Indonésia, houve a participação de 29 países independentes da África e da Ásia, juntamente com a presença de observadores dos movimentos de libertação nacional desses dois continentes. Seu objetivo principal era fortalecer a união de todos os afro-asiáticos na luta contra as potências imperialistas. Os participantes autoproclamaram-se membros do Terceiro Mundo e declarando-se numa posição de neutralidade face à Guerra Fria.

Segundo GANGULY e MUKHERJI (2011), o Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru<sup>5</sup> (1889 - 1964), principal arquiteto da política externa da Índia independente, havia desenhado uma doutrina baseada no não-alinhamento por uma série de razões: a lembrança do domínio colonial britânico, a possibilidade de militarização da sociedade indiana e a uma estratégia mais ampla de transformar a ordem mundial.

Dessa tal forma, podemos notar que Nehru mostrava-se contrário a subordinar a política externa de seu país recentemente descolonizado aos interesses e inclinações de alguma superpotência. Além disso, preocupava-se em empregar os recursos, ainda escassos, de seu país em gastos militares desnecessários. Ainda, havia um pensamento nehruiano de que tais posições contribuiriam para o fortalecimento de fóruns multilaterais que dificultassem o uso da força na política internacional e reduzissem as desigualdades mundiais, colocando um fim ao colonialismo. Porém, além da mediação entre Coreia e Laos, o único impacto relevante do movimento não-alinhado foi a depreciação do colonialismo.

Em 1962, a China atacou a Índia (HOFFMANN, 1990), de acordo com GANGULY e MUKHERJI (2011), os estrategistas políticos indianos, juntamente com Nehru, haviam sido forçados a abandonar a expectativa enraizada em limitar os gastos em defesa. No

---

<sup>5</sup> Figura líder do movimento de independência indiano, Nehru foi eleito pelo Partido do Congresso para assumir o posto inaugural de primeiro-ministro da Índia independente, e reeleito quando Partido do Congresso ganhou a primeira eleição geral da Índia em 1952. Como primeiro-ministro, inaugurou uma política exterior de não-alinhamento, convertendo-se no fundador e dirigente desse movimento.

ano seguinte à invasão chinesa, a Índia praticamente duplicava o percentual em relação ao PIB com seus gastos em defesa (THOMAS, 1978).

Nehru morria em 1964 e, com ele, perdia brilho a doutrina do não-alinhamento. Logo após sua morte e dos primeiros testes nucleares chineses, seu sucessor Lal Bahadur Shastri (1904 - 1966) iniciara um intenso programa nuclear (Kapur, 1976). Indira Gandhi (1917 - 1984) filha de Nehru e sucessora de Sastri foi uma seguidora da política do não-alinhamento, porém de forma mais branda, uma vez que um dos principais pilares da doutrina, a negação do uso da força nas relações internacionais, já não parecia mais ser o princípio norteador da política externa.

Durante o governo de Indira Gandhi, houve uma recusa em apoiar os EUA na Guerra do Vietnã (1965 - 1975) e durante a guerra contra o Paquistão, fomentou-se a independência de Bangladesh, enquanto o governo estadunidense apoiava o governo paquistanês (THORNTON, 1989). Além disso, em 1971, foi firmado o Tratado Indo Soviético de Amizade (GONSALVES, 2009).

Notamos que a Índia independente, ao autodenominar-se membro do Terceiro Mundo e declarar-se numa posição de neutralidade face à Guerra Fria, estabeleceu uma condição, frente a política externa, praticamente inédito, o não-alinhamento. Porém, segundo MOHAN (2003), com o desenrolar da história e dos conflitos com a China, poucos acordos originais do não-alinhamento continuavam a apoiar suas preocupações com a política externa. Ainda, percebemos um forte posicionamento da mesma, avesso ao colonialismo, e influenciando os países da Ásia e da África a tornarem-se independentes. Por fim, concluímos que, a partir da independência, durante sua acomodação no cenário mundial, a Índia buscou uma aproximação à URSS, mostrando-se contrária a qualquer apoio estadunidense.

Abordaremos agora os aspectos ligados ao relacionamento da Índia com a URSS e mais tarde com a Rússia.

### 3.2 DEPENDÊNCIA MILITAR E DE SEGURANÇA

Segundo HORN (1982), a Índia, desde 1971, forjara uma relação formal de segurança junto à URSS, por meio do Tratado Indo-Soviético de Amizade (1971). Assim, sob a égide de tal tratado, tornou-se um importante beneficiário da generosidade militar soviética, conquistando um predominate poderio bélico na região que, de certa forma, assegurou um período de relativa paz nas relações indo-paquistanesas.

Após a invasão soviética ao Afeganistão em 1979 (Bradsher, 1985), os estrategistas políticos indianos postaram-se diante das seguintes situações: o ataque da URSS provocaria uma rivalidade quase inevitável entre os superpoderes na região e aparentemente, o Paquistão se alinharia aos EUA a fim de opor-se à presença soviética na região.

Devido a sua dependência, não era possível à Índia condenar as ações soviéticas de modo explícito sem incorrer em custos consideráveis, da mesma forma que a invasão transformava o Paquistão em um Estado com significado estratégico para os EUA.

Compreendemos que, naquele momento, uma aproximação paquistanesa aos EUA representaria um significativo apoio à ditadura de Zial-Ul-Haq (1924 - 1988), com uma substancial assistência militar, alterando, dessa maneira, o equilíbrio armamentista no subcontinente, do qual a Índia favorecia-se, desde a derrota do Paquistão em 1971.

De acordo com GANGULY e MUKHERJI (2011), estrategistas políticos indianos consideravam a relação indo-soviética como uma das bases da política externa e de segurança, o que era identificado não só pela transferência de armas, mas também pelo apoio em questões críticas, como nos casos da crise no Paquistão Oriental<sup>6</sup> e da questão da Caxemira<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> Foi uma guerra que durou de 26 março, até 16 de dezembro de 1971, entre o Paquistão Ocidental (atual Paquistão) e o Paquistão Oriental (atual Bangladesh) e a Índia, que resultou na secessão do Paquistão, em que a parte Oriental tornou-se uma nação independente: o Bangladesh.

<sup>7</sup> O Conflito na Caxemira refere-se à disputa territorial entre a Índia e o Paquistão (e entre a Índia e a China), pela Caxemira, a região localizada ao extremo noroeste do subcontinente indiano.

quando, nos dois casos, a Índia contou com os vetos da URSS no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Uma outra questão seria que os indianos percebiam nos soviéticos uma garantia contra um possível revanchismo chinês.

Porém, conforme destacam GANGULY e MUKHERJI (2011), apesar de que tais bases desapareceriam com o fim da Guerra Fria (1989) e a dissolução da URSS, sucedida eventualmente pela Rússia, ainda ocorreu uma relação de transferência de armamento limitada com a potência substituta.

MUNI (1991) comentava que havia esperança para que o modelo implantado por Nehru não perdesse o significado, ante às expressivas mudanças sistêmicas na política mundial, enquanto que GANGULY (1992) argumentava que a Índia não só precisaria alterar completamente a orientação de sua política externa, como já estava em processo de fazê-lo.

Tal mudança estrutural no poder passou a exigir uma reavaliação profunda da política externa indiana, segundo MOHAN (2003). O realinhamento das prioridades e posições da política indiana foi mais evidenciada em determinados setores, dos quais nos ateremos às relações indo-estadunidenses, contemplando a alteração do compromisso de desarmamento nuclear, baseado na retórica anterior de Nehru, e o relacionamento da Índia com a República Popular da China (RPC) e o Paquistão.

Abordaremos agora o relacionamento entre Índia e EUA e pontuaremos alguns aspectos do programa nuclear indiano.

### **3.3 A ÍNDIA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

De acordo com GANGULY e MUKHERJI (2011), por uma série de fatores complexos, as relações entre a Índia e os EUA durante a Guerra Fria nunca tiveram muito lastro, nem tampouco cordialidade.

Podemos afirmar que tal caso advém do fato de a Índia nunca ter possuído profundos laços culturais com os EUA e carecer de minerais vitais e outros recursos naturais, não representando assim nenhuma ameaça ou ambição a este país.

Nehru, o principal arquiteto da política externa indiana, preferiu manter uma distância calculada dos estadunidenses e aqueles que o sucederam mantiveram tal política.

Além disso, ocorreram dois episódios que passaram a alimentar uma profunda desconfiança dos indianos para com os EUA, a infame política "*ship-to-mouth*" de Lyndon Johnson (1908 - 1973), durante a crise alimentar da Índia em 1966 e o apoio de Richard Nixon (1913 - 1994) ao Paquistão, na crise de Bangladesh.

E torna-se enfático que a aproximação da Índia à URSS não ajudava a imagem daquele país ao olhar dos estrategistas políticos estadunidenses. Como resultado, nas palavras do senador, anteriormente embaixador estadunidense na Índia, Daniel Patrick Moynihan (1927 - 2003), "os EUA haviam adotado para com ela a política de negligência benigna" MOYNIHAN (1994).

Os EUA passaram a depender da ditadura militar de Zial-Ul-Haq, após a invasão soviética ao Afeganistão, conforme exposto anteriormente. Porém, mesmo com o apoio do governo de Ronald Reagan (1911 - 2004) ao Paquistão e o antiamericanismo reflexivo de Indira Gandhi, segundo KUX (1992), o "degelo" ocorrido em 1981, durante uma reunião entre os dois, paralela à uma reunião de cúpula da ONU, constituiu uma peça importante no quebra cabeças.

Percebemos que adveio um pequeno esforço para a melhoria das relações indo-estadunidenses nos dois governos de Reagan, porém as políticas divergentes, aliadas à falta de vínculos de peso, garantiram seu estancamento, que perduraria no governo de George H. W. Bush (1924 - ) pelas mesmas razões.

Durante o primeiro governo de Bill Clinton (1993 - 1997), a relação deu sinal de ganhar alguma importância, uma vez que sua política de relações internacionais baseava-se na política econômica nacional e internacional e naquele momento, a Índia era um grande mercado emergente.

Porém, de acordo com GANGULY e MUKHERJI (2011), apesar do crescente interesse de Clinton aproximar-se do mercado indiano, sua capacidade em atraí-lo era limitada por duas questões. Primeiro destacamos o comprometimento estadunidense com a causa da não proliferação de armas nucleares e em segundo lugar, os EUA adotavam uma posição estridente de promoção mundial pelos direitos humanos.

GANGULY e MUKHERJI (2011) apontam que analistas indianos consideraram a Emenda Brown<sup>8</sup> mais um exemplo da vontade estadunidense em "equiparar" a Índia ao Paquistão. Além disso, comentam que os EUA apoiavam os paquistaneses, apesar de sua arrojada busca pelo desenvolvimento de seu programa nuclear.

De tal maneira, a sucessão dos fatos, que os EUA buscavam limitar, retroceder e eliminar armas de destruição em massa, bem como sua severa crítica aos abusos dos direitos humanos na Índia e a repressão à insurgência na Caxemira, colocavam claramente a Índia em oposição às ideias estadunidenses.

Podemos concluir que as relações entre os países começaram a melhorar no segundo governo de Clinton (1997 - 2001). GANGULY e MUKHERJI (2011) apontam que os fatores que corroboraram para tal aproximação foram: a nomeação de um novo embaixador para Nova-Delhi, que conseguiu melhorar o teor das conversas entre os dois países, o posicionamento do governo estadunidense em relação à Crise de Kargil<sup>9</sup> (1999), as

---

<sup>8</sup> Aprovada em 1995 pelo Departamento de Estado estadunidense, suspendia uma série de sanções impostas ao Paquistão, desde 1985, pela Emenda Plessler que punia o Paquistão impedindo-o de fazer negócios de compra e venda de equipamentos militares, caso fosse constatado que o país buscava obter capacidade nuclear.

<sup>9</sup> Conflito armado entre a Índia e o Paquistão, que ocorreu no distrito de Kargil, na Caxemira. Sua causa foi a infiltração de soldados paquistaneses e militantes da Caxemira em posições do território indiano ao longo da linha de controle que serve de fronteira entre os dois países.

negociações ente eles na questão da não proliferação de armas nucleares, em que foram obtidas concessões tangíveis de ambas as partes e, por fim a visita de CLINTON à Índia, que melhorou tal relação bilateral.

Porém, é incorreto afirmar que o avanço nas relações indo-estadunidenses seja um legado exclusivo de Clinton, a falta de uma solução final ante as questões envolvendo o armamento nuclear ainda gerava um impasse, contornado apenas no governo de George W. Bush (1946 - ).

Trataremos a seguir, das relações da Índia com o Paquistão e a RPC.

### **3.4 TENSÕES PERMANENTES**

Ao longo dos anos 80, as relações indo-paquistanesas continuavam a se depreciar. Como pudemos acompanhar acima, as influências internacionais na região robusteceram-se, tendo os EUA reforçado o regime militar do Paquistão, em detrimento da pouca abertura dada em relação à Índia.

Notamos que este tipo de postura, naquele momento, fazia sentido, uma vez que, perante a aproximação da Índia à URSS e a disposição paquistanesa em operar com os EUA, levou estrategistas políticos estadunidenses a optarem pela manobra mais conveniente.

Segundo MOSHAVER (1991), o Paquistão, por sua vez, soube explorar a preocupação estadunidense com o Afeganistão para construir solidamente forças bélicas convencionais e sua capacidade nuclear.

Durante esse período, o crescimento da capacidade militar da Índia e do Paquistão, bem como o envolvimento do último numa revolta étnico-religiosa na fronteira

indiana do Punjab<sup>10</sup> alimentaram uma série de crises que pontuaram a relação entre os dois países, conforme apontam GANGULY e MUKHERJI (2011).

À medida em que a insurgência Punjab difundia-se, um novo desafio era apresentado a Índia, paquistaneses passaram apoiar os rebeldes, fornecendo-lhes armas treinamento e abrigo. Tal envolvimento com a insurgência, aliado ao aumento da capacidade militar do Paquistão, provocou certa preocupação nos círculos políticos indianos.

Logo, os militares indianos consideraram uma ação radical contra os paquistaneses, provocando a Crise de Brasstacks, em 1987, quase conflagrando novo conflito.

Escapa à intenção deste capítulo discutir a evolução e o fim da crise, contudo, basta apontar que a mesma terminou porque os EUA, seguido da URSS, tiveram um importante papel no abrandamento das tensões. Porém apesar das buscas de medidas para criar um clima de confiança após a crise, a propensão paquistanesa de intrometer-se na política interna indiana permaneceu constante.

Podemos notar dessa maneira, que a partir da década de 1980, os estrategistas políticos indianos acompanharam tais acontecimentos com crescente atenção, fazendo com que incrementassem e equipassem suas forças militares e acelerassem seus programas de armas nucleares e mísseis balísticos em resposta a influência do Paquistão em sua política interna e ao desenvolvimento do potencial nuclear paquistanês.

Com relação à RPC, no início da década de 1980, houve uma tentativa de aproximação indiana, apesar das disputas sobre a fronteira e do desagrado com a importante ajuda militar chinesa ao Paquistão.

---

<sup>10</sup> A insurgência no Estado indiano de Punjab teve origem no final dos anos 1970, quando revolucionários sikhs, juntamente com os proponentes do Khalistan, voltaram-se para a militância. As raízes da insurgência foram muito complexas, com os principais fatores sendo o reconhecimento inadequado do siquismo e da língua punjabi e o alegado mau tratamento por parte do governo do Partido do Congresso Nacional Indiano desde a sua criação 1947. Os Sikhs enfrentaram muitas dificuldades, incluindo o espancamento de manifestantes pacíficos e peregrinos, além de prisões e incursões nos templos. Depois da Guerra Indo-Paquistanesa de 1965, o Punjabi foi reconhecido como a língua oficial do Punjab. Em 1966, a região de Punjab foi dividida nos estados de Himachal Pradesh, no novo estado de Haryana e no atual Punjab.

No entanto, segundo GANGULY e MUKHERJI (2011), tal pauta, posta a cargo de burocratas veteranos, não se aproximou a uma solução, sendo possível considerar, apenas, a desvinculação da disputa fronteira do conteúdo geral das relações sino-indianas.

Segundo argumento apresentado por GARVER (2001), a reticência indiana em aceitar a desvinculação da disputa fronteira sino-indiana entre 1982 e 1986, somada ao enfrentamento militar com a RPC, em 1987, levou o governo de Rajiv Gandhi (1944 - 1991) a empreender mudanças em sua política, tornando-a mais flexível em relação a tal país.

Podemos analisar tal questão ao observarmos as mudanças estruturais pelas quais passava a política mundial ao final da década de 1980. Com a ascensão de Mikhail Gorbachev (1931 - ), a política soviética para o Terceiro Mundo sofreu mudanças fundamentais, com a diminuição do apoio a estes países. Assim, uma reaproximação à RPC mostrava-se atraente para a Índia naquele momento.

Em 1989 houve uma grande revolta étnico-religiosa na Caxemira, na porção controlada pela Índia, na qual o Paquistão interferiu na contenda, elevando o nível da violência do conflito. Devido a tais condições, a fim de reduzir a possibilidade de um conflito em duas frentes, a Índia novamente tentava melhorar as relações com a China.

De acordo com GANGULY e MUKHERJI (2011), durante a década de 1990, ambos países avançaram no estabelecimento de uma relação de confiança por meio de dois acordos, um de 1993 e outro em 1996, quando o presidente Jiang Zemin (1926 - ) visitou Nova Delhi. Tal acordo tornou-se particularmente significativo pois uma de suas cláusulas determinava que nenhum lado empregaria a força militar contra o outro.

Mas, apesar de melhoras nas conversas entre Índia e RPC, ainda segundo GANGULY e MUKHERJI (2011), o progresso nas discussões sobre a fronteira permanecia paralisado e os estrategistas políticos indianos continuavam incomodados com a crescente

presença militar chinesa em Mianmar, além do estreitamento dos laços chineses com o regime militar paquistanês.

Houve, em 1998, um importante golpe nas relações políticas entre a Índia e a RPC, quando aquele país realizou testes nucleares. Na ocasião, o primeiro ministro indiano escreveu uma carta ao presidente Clinton tentando justificar tais testes:

"Existe uma evidente ameaça em nossas fronteiras de um estado, dotado de armamento nuclear, que já cometera agressão armada contra a Índia em 1962". (VAJPAYEE, 1998, THE NEW YORK TIMES).

Tal texto vazou no jornal *The New York Times*, enfurecendo a liderança chinesa, já ameaçada pelos testes nucleares.

Dessa forma, concluímos com o exposto neste subcapítulo que durante a década de 1980 o entorno indiano sofria permanente tensão em relação às questões fronteiriças com a RPC e com os problemas étnicos-políticos com o Paquistão, que recebia apoio estadunidense e chinês. Além disso se as relações sino-indianas já eram tensas, pioraram consideravelmente após os testes nucleares indianos.

O fim da Guerra Fria dificultou enormemente a continuidade da política de não-alinhamento e de solidariedade terceiro-mundista, a URSS passava por mudanças políticas que culminariam com sua dissolução e a nova Rússia, apesar de manter uma limitada relação de transferência de armamentos, não possuía, naquele momento, interesse ou capacidade de suportar a Índia como sua dependente.

Por isso, os estrategistas políticos indianos necessitavam buscar novas formas de alcançar os interesses da Índia no início do Século XXI. A doutrina do não-alinhamento serviu até certo momento, mas, na nova ordem mundial, o país não poderia contentar-se com as alusões ao "auto-interesse iluminado" de Nehru. Tais transformações serão abordadas no próximo capítulo, bem como uma breve exploração dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan.

#### 4. PERSPECTIVA PARA O SÉCULO XXI

Conforme apontamos no Capítulo 2, Raja Mohan dividiu a grande estratégia da Índia em três círculos concêntricos. O primeiro abrangendo sua Vizinhança Imediata, o segundo englobando a chamada Vizinhança Estendida e, por fim, um terceiro círculo, que inclui todo o palco global, onde a Índia procura garantir o seu lugar dentre as grandes potências mundiais.

Este capítulo busca expandir tais conceitos. Para tanto, foi dividido em cinco subcapítulos. O primeiro apresenta um painel político-estratégico recente da Índia, o segundo, um panorama econômico contemporâneo e os seguintes mostram os círculos concêntricos que dão base ao presente trabalho.

Apresentaremos agora três correntes político-estratégicas indianas : o Nehruísmo, o Neoliberalismo e o Realismo Indiano.

##### 4.1 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS INDIANAS

Após sua independência, a Índia, em que pesem suas dificuldades políticas, religiosas e culturais, buscou um modelo próprio de democracia e desenvolvimento. Genericamente, suas raízes remetem à desenvoltura do movimento nacionalista, cuja liderança aspirou ideias liberais britânicas as inseriu no cenário político indiano. Os principais líderes nacionalistas, Mahatma Gandhi, Nehru e Bhimrao Ambedkar<sup>11</sup> (1891 - 1956), compartilhavam uma visão plural do país.

Segundo BAJPAI (2014), são identificadas as seguintes correntes político-estratégicas na Índia: o Nehruísmo, o Neoliberalismo e o Realismo. Podemos associar as

---

<sup>11</sup> Bhimrao Ambedkar foi um jurista, economista, político nacionalista e o arquiteto da constituição indiana.

alianças políticas conduzidas pelo Indian National Congress<sup>12</sup> (INC) à Visão Nehruísta e aquelas lideradas pelo Bharatiya Janata Party<sup>13</sup> (BJP) à Visão Realista, ligada ao Hinduísmo, e influenciada pelo Neoliberalismo, dos anos 1990.

Os nehuísta partiam de um modelo calcado em ideias anti-imperialistas e na doutrina do não-alinhamento, confiando na diplomacia e nos poderes institucionais internacionais. Com isso, o corolário nehruniano *peaceful coexistence*, "*Panchsheel*", foi composto pelo internacionalismo e pela coexistência pacífica, conforme descreve MAZUNDAR (2014).

Na Conferência de Bandung (1955), ainda durante a Guerra Fria, Nehru extrapolou sua política de não-alinhamento, solidarizando-se ao Terceiro Mundo e fomentando uma autonomia estratégica indiana, num período de marcante bipolaridade.

No governo de Indira Gandhi (1966-1977 e 1980-1984), despontou o chamado "Nehruísmo Militante", com uma visão de permanente presença de ameaças mundiais. Nos anos 1980, a Índia, por intermédio de sua política externa, procurou livrar-se da carga ideológica que antes orientava sua conduta. Nesse período, a aproximação dos EUA ao Paquistão e à China causou grande inquietação.

Segundo COHEN (2001), o "Nehruísmo Militante" caracterizou-se diferente do original, pelo fato de enxergar as Relações Internacionais de uma forma mais associada ao *realpolitik*:

"Na visão dos Nehruístas Militantes, portanto, todos estes países estavam bloqueando a dominância justa e natural da Índia em sua região". (COHEN, 2001, p. 43).

Com o colapso soviético, o fim do nexos da segurança indo-soviética e os problemas econômicos pelos quais passava, a Índia viu-se obrigada a traçar um novo curso,

---

<sup>12</sup> O Congresso Nacional Indiano, também é conhecido como Partido do Congresso. É o mais antigo partido político em atividade na Índia, sendo um dos maiores partidos do país. Teve um papel importante no movimento pela independência indiana e esteve no poder na maior parte dos governos pós independência.

<sup>13</sup> Partido do Povo Indiano, um partido político nacionalista, fundado em 1980.

surgia, assim, a corrente Neoliberal. De acordo com SISODIA (2014), tornou-se muito complexo manter o não-alinhamento num cenário abruptamente unipolar, ao mesmo tempo em que a Índia carecia do desenvolvimento de sua economia com urgência.

Naquele momento, os estrategistas políticos indianos encetaram uma transformação nas relações exteriores indianas. Realçaram a importância da economia, baseada no comércio e no investimento exterior, por meio da liberalização. De tal maneira, a Índia revitalizava sua política externa, calcando-a no pragmatismo.

Um claro exemplo de tal transformação foi a busca pela integração indiana ao Sul da Ásia com a revitalização da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional<sup>14</sup> (SAARC). A Índia transformara-se numa nova oportunidade de desenvolvimento, em cooperação regional.

A transformação econômica indiana será tratada no próximo subcapítulo, porém, é necessário que entendamos que ela ocorreu, inicialmente, alavancada por mudanças das convicções ligadas aos benefícios do desenvolvimento mais favorável do mercado e pela crise na balança de pagamentos de 1991, que provocou mudanças radicais nas suas políticas comerciais e industriais. A indústria da Índia, acostumada a altos níveis de controle e proteção comercial, não se opôs ao conjunto de incentivos econômicos advindos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Diante de tal cenário, os reformadores puderam conduzir a economia indiana na direção das reformas industriais, comerciais e financeiras, criando bases para um crescimento eficiente.

Os neoliberais indianos creem numa interdependência complexa, que assume uma função de destaque ante aspectos econômicos e indicadores militares, conforme assinala

---

<sup>14</sup> Organização formada por países da Ásia Meridional (Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão e Maldivas), constituída em 8 de dezembro de 1985. Considerando apenas dados populacionais, é mais influente que qualquer outra organização regional. O Afeganistão veio a tornar-se o oitavo membro em 2007, durante a 14.º Cimeira da SAARC.

SISODIA (2014). São realçados os ganhos absolutos, em detrimento da lógica realista de ganhos relativos.

Pela visão de BAJPAI (2014), o Fenômeno da Guerra caracteriza-se como um alongamento da política, não sendo apenas um resultado de equívocos de percepção. De acordo com a lógica keynesiana<sup>15</sup>, na visão econômica indiana, o orçamento militar é encarado como um investimento.

Percebemos que os neoliberais não creem no poder das Relações Internacionais para evitar conflitos, mas sim, na força da economia. Na visão indiana, tal força substitui a lógica da disputa por territórios, a economia converte-se na fiadora da soberania nacional, com o controle do relacionamento entre os atores sendo gerido pelo equilíbrio do poder econômico entre eles.

Por fim, pudemos notar que a política externa indiana sofreu um revés realista, uma vez que passou a crer num Sistema Internacional anárquico, com bases de relacionamento calcadas em interesses individuais, no poder e na violência. Os estrategistas políticos realistas pregam, também, o pragmatismo, em que devem ser buscadas parcerias estratégicas junto a outras potências, incluindo a China e os EUA.

Conforme citamos no capítulo anterior, foram realizados testes com armamentos nucleares em 1998. Tal passagem pode ser encarada como um batismo da Índia para acesso ao seletivo grupo das Grandes Potências. Mais tarde, o Acordo de Cooperação Nuclear com os EUA (2005) ratificaria tal condição.

Antiquadas políticas voltadas ao socialismo, bem como a política do não-alinhamento, foram substituídas pelo Neoliberalismo, com os realistas passando a perseguir uma política externa voltada para a segurança nacional. Com isso, podemos concluir que a

---

<sup>15</sup> A escola keynesiana é fundamentada em princípios de não auto-regulação do ciclo econômico, uma vez que o mesmo é dominado pelo "espírito animal" dos empresários. Dessa forma, Keynes defendia a intervenção do Estado na economia, objetivando a condução a um sistema de pleno emprego.

Índia procura alcançar seus objetivos com uma maximização de seu Poder Nacional, enfatizando seus poderes econômico e militar.

Em seguida, abordaremos de maneira sucinta a transformação econômica ocorrida na Índia.

## 4.2 A TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

O lento desenvolvimento da economia indiana, em meados do século passado, foi conhecido como "Taxa Hindu de Crescimento"<sup>16</sup>. Segundo GANGULY e MUKHERJI (2011), a modernização industrial e a chamada Revolução Verde assinalaram, no período de 1956 a 1974, meros 3,4% de crescimento anual. Entre 1975 e 1990, houve um crescimento de 5% e, em 1992 atingiu 6%. Entre 2003 e 2007, a Índia cresceu 8,8%, um dos crescimentos econômicos mais acelerados do mundo.

Buscaremos compreender como ela assegurou o seu caminho para o desenvolvimento.

Em meados dos anos 1970, após anos de lento crescimento econômico, conforme já vimos acima, ocorreu uma mudança gradual na política indiana. A política econômica de crescimento e desenvolvimento adotada a partir de 1975 produziu uma situação fiscal muito grave na Índia. Dessa maneira, o país passou a depender financeiramente dos bancos comerciais estrangeiros.

Já, em junho de 1991, a crise cambial forçara a Índia a procurar o FMI e outros bancos para conseguir moeda estrangeira e cumprir com suas obrigações de importações. Porém, a crise econômica acabou por conferir poder aos governantes e tecnocratas liberais

---

<sup>16</sup> Termo usado pela primeira vez pelo economista indiano Raja Krishna (1925 - 1985). Fonte: Department of Economics, University of Rajasthan, 1995. Disponível em <http://planningcommission.gov.in/aboutus/speech/spemsa/msa033.pdf> (acesso em 27 de junho de 2016).

indianos que conduziram a economia em direção ao empreendedorismo privado e a consequente globalização da economia.

A partir daquele momento, crescia o apoio à desregulamentação econômica e à promoção comercial. A crise ajudou os reformistas a lidarem com os oponentes dos programas de reformas e o resultado dos mesmos foram notáveis. Uma liberalização tarifária reduziu os custos dos fatores de produção, pressionando a indústria indiana a tornar-se mais competitiva. Tal fato foi acompanhado de uma significativa desvalorização da rúpia que elevou os preços das importações e reduziu o preço das exportações, tornando os produtos indianos mais competitivos.

Primeiro o setor de Tecnologia da Informação (TI) aceitou a presença de capital estrangeiro, seguido de pequenas companhias que buscavam competir com empresas maiores.

Conforme descrevem GANGULY e MUKHERJI (2011), após 1991, a abundância de recursos disponíveis promoveu a competitividade indiana em diversas áreas. A maior empresa do país, a Tata Group transformou-se numa multinacional. Outro exemplo de ator global bem sucedido foi a Bharat Forge, que produz componentes para indústrias automotivas e tornou-se a segunda maior companhia de fundição do mundo.

Dessa maneira percebemos a necessidade da Índia, no início do Século XXI, em buscar novos mercados consumidores, num mesmo momento em que necessita de fornecedores de matérias primas e energia, para o desenvolvimento de sua economia.

A seguir, traçaremos um paralelo ao primeiro círculo concêntrico de Mohan, tratando da vizinhança imediata, onde a Índia tem procurado obter a primazia.

### **4.3 VIZINHANÇA IMEDIATA**

De acordo com KAPLAN (2010), a elite indiana raciocinava geopoliticamente a

Índia como sendo um subcontinente que desdobrava seus domínios aos contornos naturais das cordilheiras do Himalaia, juntando os atuais territórios do Afeganistão, do Paquistão e de Bangladesh.

Durante sua história, tal subcontinente lidou com algumas invasões provenientes tanto da Ásia Central, quanto da Pérsia. Dessa maneira, foram introduzidos novos povos, bem como, o islamismo. Enquanto os britânicos colonizavam a região, o Oceano Índico, passava a ser enxergado sob um enfoque estratégico. A medida em que seu domínio era mantido, bem como dos estreitos e mares contíguos, dificultava-se o acesso de incursões externas. Assim, reforçava-se uma visão marítima, devido à percepção de que seria imperiosa a manutenção do Poder Marítimo para a soberania na região.

Como nos mostram HOLMES, WINNER E YOSHIHARA (2009), o pensar estratégico marítimo da Índia assemelha-se à Doutrina Monroe dos EUA. Pois, numa premente intervenção na região, a mesma seria protagonizada por ela, em detrimento de alguma potência estrangeira.

No período da Guerra Fria, os armamentos da Índia eram providos pela URSS, que buscava reforçar seu relacionamento junto àquele país. Enquanto isso, o Paquistão escolhia alinhar-se aos EUA, buscando, também, uma significativa aliança militar.

Conforme apontamos no capítulo anterior, a rivalidade presente entre indianos e paquistaneses adquiria uma nova conformação ante o término da Guerra Fria. Ocorreu a nuclearização de ambos, além do início de uma insurgência na Caxemira, acirrando, ainda mais a crise bilateral.

Os arranjos políticos domésticos impediram uma alteração de curso, reforçando a manutenção dos limites e conflitos já existentes. Um desenho regional harmonioso esbarra na dificuldade indiana em interagir com sua vizinhança. A principal questão para a política externa indiana para com seu entorno é de buscar uma maneira de prover a conciliação da

assimetria do poder regional, para que seja proporcionado um cenário estrategicamente confiável para o seu desenvolvimento político-econômico integrado.

A Índia independente tentou de diversas maneiras alcançar esse desenho regional harmonioso. Variou desde a Doutrina Indira (1966 - 1977 e 1980 - 1984), com o seu intervencionismo, passando pelo Novo-Nehruísmo, expressado por Gujral (1997 - 1998), até o atingimento de um pragmatismo realista, propalado por Vajpaye-Singh (1998 - 2014).

A chamada Doutrina Indira carregava a proposta de um Nehruísmo Militante. Tal doutrina procurava dificultar a ocorrência de intervenções de poderes estrangeiros na região, num mesmo momento em que intervia em conflitos que viessem a postar-se diante dos interesses nacionais indianos.

A mais destacada intervenção ocorrida no período foi o suporte indiano na guerra pela independência de Bangladesh (1971), na qual a Índia operou de maneira oculta e posteriormente incitou um conflito contra o Paquistão.

No período compreendido entre 1970 e 1980, também ocorreram intervenções indianas em questões políticas conflituosas nas ilhas Maurício, Seychelles, Maldivas e no Sri Lanka, além da promoção de um embargo econômico ao Nepal, conforme nos aponta BREWSTER (2014).

Gujral destacava, por meio de sua doutrina, o rápido desenvolvimento econômico mútuo da Ásia Meridional, o qual seria alcançado por meio da extensão do crescimento da Índia irradiado aos países circunvizinhos. Dessa maneira, a Índia arcaria com os custos de uma integração regional, que diminuiria as desigualdades em seu entorno.

Com relação ao Paquistão, a Índia procurou solucionar de forma pacífica as disputas e, em paralelo, encerrava as operações dissimuladas que ocorriam em seu vizinho, demonstrando certa consideração.

A Doutrina Gujral apresentava-se como uma forma atualizada do Nehruísmo, de

acordo com COHEN (2001). Dessa forma, evidenciava o papel da unidade regional como sendo um alicerce de sua estratégia política, que poderia admitir uma nova e original tendência econômica mundial.

A principal variante entre as estratégias pragmáticas e realistas de Atal Bihari Vajpayee (1924 - ) e Manmohan Singh (1932 - ) foi o emprego da coerção militar.

O pragmatismo realista, de Vajpayee-Singh (1998 - 2014) caracterizou-se pela consideração dada a busca por laços diplomáticos junto ao Paquistão. Condiçãoava o equilíbrio da relação ao fim do apoio paquistanês aos militantes anti-indianos. Sendo assim, num momento em que realizava ações diplomáticas de cunho cultural, político-econômico e militar, procurava expandir o senso de vizinhança e do alcance da influência indiana para o restante do Oceano Índico.

Logo depois da realização de testes nucleares em 1998, ambos países procuraram, por meio de um acordo, evitar o conflito, além de buscar soluções para a Questão da Caxemira. A Declaração de Lahore (1999) deu início ao processo, que colapsou após a crise de Kargil.

Em 2001, o parlamento indiano foi atacado por terroristas. Tal episódio disparou uma nova crise que motivou o deslocamento de quinhentos mil soldados de seu exército para a fronteira. Face à ineficácia em submeter o Paquistão, segundo LADWIG III (2008), o Exército Indiano desenvolveu a Doutrina Cold Start, prevendo rápidas invasões a pequenas localidades do território paquistanês, como maneira de obter vantagem nas negociações.

Assim, mesmo com a utilização do pragmatismo político, o governo do BJP aparentava sinais de uma maior inclinação para a utilização do poder armado em desfavor do Paquistão. Além disso, Singh demonstrava que o prosseguimento das negociações pela paz estaria condicionado ao fim do apoio paquistanês aos grupos anti-indianos. Em 2006, foram realizadas novas reuniões para confecção de um tratado de paz e amizade, interrompidas por

novos atentados em Mumbai (2008). Depois disso, não foram retomadas novas negociações.

Com relação à China, conforme nos aponta MALIK (2012), dia após dia, os indianos estão mais atentos a presença chinesa ao sul da Ásia e em alianças políticas e militares, destacadamente no campo econômico.

Apesar do crescente interesse chinês pelo Oceano Índico, os indianos possuem vantagem geográfica, além de exercerem uma presença diplomática, que contribui para a manutenção da estabilidade política da vizinhança e do progressivo aumento no provimento de segurança na região, retornando à política de Gujral.

A Índia teve efetiva participação nas diligências da mudança política no Butão, Maldivas, Nepal e Sri Lanka. Junto a Mianmar, ampliou seus laços militares, evitando, porém, incitar o país a uma abertura política, face ao relacionamento que o mesmo possui com a China.

Juntamente ao Afeganistão e a Bangladesh, desenvolveram-se novas parcerias. Mais recentemente, durante o governo Narendra Modi (1950 - ), do BJP, um pacto pelo intercâmbio de territórios fronteiriços com Bangladesh foi acordado, como forma de sinalizar a busca pela harmonia no relacionamento regional.

Reforçando sua visão marítima, no Oceano Índico, a Índia tem conjugado iniciativas de caráter cultural e comercial - Projeto Mausam<sup>17</sup>, econômico-político - Indian Ocean Rim Association<sup>18</sup> (IORA) e militar - Indian Ocean Naval Symposium<sup>19</sup> (IONS) e

---

<sup>17</sup> Por meio do Projeto Mausam (Monção), a Índia tenta recuperar a história das ligações comerciais, culturais e sociais pelas diferentes regiões do Oceano Índico, muitas delas consideradas como patrimônio da humanidade. Daí seu caráter sociocultural, além de comercial.

<sup>18</sup> O IORA caracteriza-se por ser uma associação pan-regional constituída de maneira a promover facilidades para o desenvolvimento do comércio e de investimentos, priorizando a chamada Economia Azul (indústrias voltadas para o mar e para o desenvolvimento dos portos, da pesca, do desenvolvimento de produção de energia renovável, além da exploração mineral e de turismo).

<sup>19</sup> O IONS constitui-se de um fórum naval, desenvolvido à partir de 2008 pela Marinha Indiana que conta com a participação de 35 países e cujo objetivo é incrementar a cooperação entre as marinhas do Oceano Índico em assuntos voltados às novas ameaças, além do emprego militar naval tradicional na região. A Índia vem impedindo a participação de potências extra-regionais, destacadamente a China.

Indian Ocean Five<sup>20</sup> (IO-5), que institucionalizou a influência militar indiana sobre os componentes do grupo.

REHMAN (2013) nos aponta que Vajpayee e Singh começaram a difundir que o perímetro estratégico indiano abarcava o Canal de Suez, mais o Golfo Pérsico, estendendo-se até o Sudeste Asiático.

Notamos, então, uma evolução do pensamento estratégico indiano, com proeminência no Oceano Índico, deslocando suas ações da terra para o mar. De tal maneira, a Índia incrementa sua segurança, ao mesmo tempo em que procura uma forma de projetar-se militarmente, não antagonizando sua vizinhança.

A alteração na concepção da influência regional para um espaço mais abrangente vem conferindo à Índia mais espaço para manobra, além de aumentar sua aceitação regional. Porém, tal estratégia não conseguiu, ainda, suavizar o contorno conflituoso regional e não prescindiu da obrigação de incluir-se a China e os EUA nos seus cálculos político-estratégicos em suas relações de poder no Índico.

A seguir, abordaremos a chamada vizinhança estendida da Índia, onde a mesma tem procurado equilibrar a influência de outros poderes e impedi-los de agirem contra seus interesses.

#### **4.4 VIZINHANÇA ESTENDIDA**

Com o ocaso da Guerra Fria, o protótipo de desenvolvimento indiano beirava a crise, enquanto sua vizinhança conhecia o Milagre Asiático. Contudo, segundo MALIK (2012), a inserção da Ásia nos cenários econômico, político e militar do extremo oriente

---

<sup>20</sup> O IO-5 é um grupo recente, instituído pela Índia, Ilhas Maurício, Maldivas, Seychelles e Sri Lanka que possui características de aliança. Por intermédio dele, a Índia tem fornecido segurança a seus componentes, desenvolvido exercícios militares, promovido treinamento militar, além da comercialização de equipamentos e do compartilhamento de radares de costa.

tornou-se factível em decorrência da ascensão indiana, durante a transição para o Século XXI, sendo que, de um viés político, ocorre uma briga pelo domínio da influência com a China, ocasionada por suas pendências históricas e ambições geopolíticas.

A Índia carrega como seus maiores competidores os chineses e os japoneses, que exercem uma grande influência regional. A integração indiana às grandes cadeias produtivas da Ásia Oriental é realizada ainda com certa dificuldade.

Apesar da histórica e constante tensão geopolítica existente entre chineses e indianos, não podemos afirmar que suas relações sejam fadadas ao conflito. Há um jogo de interesses político-econômicos na disputa pelo poder na região que, às vezes, encaminha-se para interesses convergentes nos mais diferentes níveis, bilaterais, regionais e globais. Para diminuir a influência chinesa no Leste Asiático, a Índia recorre a uma aproximação político-econômica aos países daquela região.

Com relação ao Japão, a Índia vem costurando relações bilaterais político-estratégicas voltadas a investimentos em infraestrutura, trocas de tecnologia, comércio de equipamentos militares, além de coordenações entre suas agências de defesa, conforme acordos efetuados por meio da Declaração de Tóquio (2014).

No restante do leste asiático, destaca-se a parceria com Singapura, iniciada em 1994, na qual a Índia oferece apoio ao adestramento militar e realiza exercícios navais combinados anualmente, garantindo um livre trânsito pelo Estreito de Málaca. Ressaltamos, ainda, os investimentos conjuntos com o Vietnã, com os quais ambos exploram reservas petrolíferas no mar do Sul da China, em uma região constantemente contestada pelos chineses.

Segundo SCOTT (2013), o Vietnã autoriza o uso de suas bases para reabastecimento dos navios da Marinha da Índia. Devemos enfatizar que os indianos declararam que sua marinha tem o dever de defender qualquer ativo indiano no exterior,

inclusive poços de extração de petróleo em exploração naquela região.

Frente à turbulência política do Afeganistão, criou-se um obstáculo que impede que parte da Ásia tenha uma comunicação direta até o Oceano Índico. A passagem indiana para a Ásia Central, e para o Afeganistão, tem sido feita através do Irã. Este país, junto com a Índia, têm apoiado grupos políticos contrários ao Talibã, ao mesmo tempo em que o Afeganistão vem tendo certo apoio para neutralizar radicais atuantes na Índia. A modernização do Porto de Chabahar, no Golfo de Omã, está em andamento e materializará um acesso indiano para aquela região.

Durante a Guerra Fria, a Índia recusara-se a manter laços diplomáticos plenos com Israel como forma de demonstrar solidariedade ao mundo árabe e expressar simpatia com os palestinos. Porém, a partir de 1992, o país aproximou-se de Israel para, indiretamente, melhorar seu relacionamento com os EUA.

Como efeito, a coalizão liderada pelo BJP, já em 1998, não esboçava o menor arrependimento diante da nova realidade, com a concessão de status diplomático pleno a Israel, a Índia expandia seu leque de cooperação econômica e de defesa. Ainda, devido à hostilidade do partido indiano frente ao Paquistão e a sua preocupação com o terror islâmico, a colaboração expandiu-se para uma cooperação antiterrorista com Israel.

Na sequência, trataremos do enfoque estratégico global da Índia.

#### **4.5 O PALCO GLOBAL**

Tendo em vista seu nível de desenvolvimento, é imprescindível à Índia garantir o recebimento de matérias primas, conforme pudemos concluir no subcapítulo 4.2. Para tanto, visa fontes de *commodities* no Oriente Médio e na África, e numa proporção menor, em outros mercados mundiais.

Portanto, no presente século, a Índia procura constituir-se como um novo polo do Sistema Internacional, colaborando no estabelecimento de uma multipolarização global. Assim, depois do fim da Guerra Fria, acompanhamos o aparecimento de uma nova estrutura de geometria de poder variável:

"A constante mudança de lealdades e de alianças na Ásia confunde tanto os historiadores quanto os experts em geometria. Há a díade padrão-cliente entre Pequim e Islamabad, encontros entre China-Índia-Rússia declarando a necessidade de multipolaridade, manobras militares russo-japonesas e sino-russas [...], um triângulo nuclear China-EUA-Índia, e a tentativa dos Estados Unidos em transcender sua preferência histórica entre Índia e Paquistão. ". (MOHAN e KHANNA, 2006, p. 44).

Percebemos que a Índia, valendo-se de sua nova estratégia pragmática, vêm buscando acordos e parcerias bilaterais, ou seja, desde que sejam interessantes para o país, que haja algum ganho político, econômico ou ainda de defesa e segurança, Nova Delhi busca uma aproximação à qualquer Estado que mostre-se importante para os interesses nacionais.

Face ao colapso soviético e o decorrente fim do nexos da segurança indo-soviética, os indianos foram obrigados a imprimir um novo curso. Por isso justificou-se seu notável pragmatismo ao tentar-se garantir que o país não fosse deixado à margem da Nova Ordem Mundial emergente.

Assim, seu relacionamento com os EUA melhorou e foram feitas algumas aberturas amigáveis em direção à RPC, além disso, constituíram alianças aos incipientes países do Sudeste Asiático.

O país percebeu a utilidade do uso da força na política internacional, para tanto, decidiu efetuar testes com armamentos nucleares abertamente, embora estivesse certo da quase inevitabilidade das sanções internacionais em larga escala.

Com isso, à exceção dos partidos políticos de esquerda, a maioria deles compartilha uma visão de que, na medida do possível, a Índia deve buscar uma ordem global na qual a multipolaridade aumente sua autonomia estratégica e, em momento nenhum, considera abandonar o arsenal nuclear nacional. O bem sucedido acordo nuclear EUA-Índia

(2008) consolidou o status do país como potência nuclear.

No caso específico dos EUA, a parceria manifesta-se apenas como uma segurança para a Índia, porém ela não ambiciona manter os mesmos compromissos estadunidenses, apenas garantir certas vantagens, como a cessão de tecnologia militar.

A Índia mira aspectos positivos da globalização, arrastando um fluxo elevado de capitais e investimentos no setor produtivo. As categorias nas quais encaixam-se grande parte das parcerias indianas são as de desenvolvimento econômico e de cooperação técnico-científica.

Ao interagir com países classificados como sendo do Norte, os indianos procuram pelo desenvolvimento de tecnologias de ponta, como forma de atração de investimentos e incremento de sua produtividade. Com os países considerados do Sul, a Índia reforça-se politicamente, por meio da Cooperação Sul-Sul, incrementando os investimentos e o comércio bilateral. No jogo da propagação do poder global, os indianos têm procurado um melhor posicionamento em relação aos países emergentes.

O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)<sup>21</sup> exemplifica a busca pela condução diplomática, além da fusão de ambientes estratégicos em ascensão, Atlântico Sul e Índico.

O surgimento do termo BRICS<sup>22</sup>, promoveu, indiretamente, uma alternativa às instituições lideradas pelo Ocidente. Numa perspectiva política, o discurso indiano acompanha o tom desses países, compartilhando dos mesmos problemas socioeconômicos. Como nos aponta LIMA (2012), os BRICS não almejam o fim das organizações globais ou do liberalismo, eles buscam um equilíbrio entre abertura econômica, salvaguardas nacionais e

---

<sup>21</sup> O IBAS, é um acordo feito entre Índia, Brasil e África do Sul de caráter político, estratégico e econômico. Também é chamado de G3.

<sup>22</sup> Sigla cunhada por Jim O'Neill em um estudo de 2001 que se refere aos países membros: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que juntos formam um grupo político de cooperação em que todos estão em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico, apesar de não serem um bloco econômico ou uma associação de comércio formal.

proteção social.

A Índia persegue um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, sendo um dos países que mais enviam tropas para operações de paz. Em que pese o fato de, na maioria das vezes, ser desfavorável a intervenções, a mesma acompanhou com bons olhos a invasão estadunidense ao Afeganistão, pois ali o Talibã significava um suporte ao radicalismo islâmico, recebendo, ainda, apoio paquistanês. Porém, durante a reconfiguração do Oriente Médio, por meio da “Primavera Árabe”, a Índia apenas acompanhou os acontecimentos, como um mero espectador.

Ocorre, ainda de maneira rudimentar, uma coordenação maior entre Índia, China e Rússia, materializada por meio de encontros trilaterais. Tais potências observaram que, num cenário de desordem no Oriente Médio, seguido de uma não intervenção estadunidense, competirá a elas uma ação política e militar mais proativa.

## 5. CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, observamos que, durante o final do Século XX, a Índia suportava uma série de limitações impostas por sua doutrina de não alinhamento e, com o início do presente século, o país alterou a trajetória de suas bases de atuação no Sistema Internacional. Dessa maneira, notamos que a perseguição por um ponto de equilíbrio foi calcada no nascimento de novas correntes do pensamento político-estratégico, que adaptaram, de maneira pragmática, a política externa indiana aos novos desafios, de reposicionar o país em conformidade com o seu poder relativo e seus novos objetivos nacionais.

O propósito deste capítulo é condensar as conclusões do presente trabalho despertado pela inquietude de como a Teoria Geopolítica dos Círculos Concêntricos de Raja Mohan é capaz de explicar o reposicionamento político-estratégico indiano no início do século XXI.

No segundo capítulo, apresentamos as bases do Poder Nacional e um contato inicial com a Geopolítica e todas as suas expressões e, ao final, abordamos a teoria geopolítica dos Círculos Concêntricos formulada por Raja Mohan.

Desde a Antiguidade, pensadores notaram a necessidade de expressar e estudar as relações de Poder e suas ligações aos aspectos naturais característicos dos espaços geográficos alocados a cada povo e cada tipo de região, valendo-se para tal da Geopolítica. E, com a Índia, um país de dimensões continentais, que tem buscado seu espaço como ator principal dentro da sua área de atuação regional, não tem sido diferente. Dentre seus estrategistas políticos, ressaltamos os estudos de Raja Mohan.

A base teórica utilizada aponta que, em sua grande estratégia, a Índia divide o mundo em três círculos concêntricos. O primeiro abrange a Vizinhança Imediata, onde o país tem procurado obter uma primazia. O segundo círculo engloba a chamada Vizinhança

Estendida, abrangendo toda a Ásia e o litoral do Oceano Índico, onde os indianos tem procurado equilibrar a influência de outros poderes, impedindo-os de agirem contra seus interesses. E ao fim, enumera um terceiro círculo que inclui todo o palco global, onde a Índia tenta ocupar um lugar central, fruto de sua transformação e aspiração em se tornar uma das futuras potências mundiais.

No terceiro capítulo, realizamos uma breve descrição histórica relacionando aspectos da política externa indiana a partir de 1980, demonstrando que apesar das limitações impostas por sua doutrina de não alinhamento, algumas restrições estruturais impuseram que não houvesse uma mudança radical em sua maneira de relacionar-se com os outros atores do Sistema Internacional. Argumentamos, também, que as mudanças na ordem mundial durante o fim da Guerra Fria reconfiguraram as prioridades do país por seus estrategistas políticos.

Percebemos que a Índia, independente de autodenominar-se membro do Terceiro Mundo, posicionou-se de forma neutra ante à Guerra Fria, procurando trilhar um posicionamento de não-alinhamento inédito. Porém, com o desenrolar da história, pudemos notar que após conflitos com a China e face a uma aproximação estadunidense a seu rival Paquistão, os indianos, durante sua acomodação no cenário mundial, buscaram uma aproximação à ex-URSS.

Entendemos, também, que a partir da década de 1980, os estrategistas políticos indianos, acompanharam a influência do Paquistão em sua política interna e o desenvolvimento do seu potencial nuclear com crescente atenção, o que obrigou a Índia incrementar e equipar suas forças militares, além de acelerar seus programas de armas nucleares e mísseis balísticos.

No quarto capítulo, buscamos expandir os conceitos relacionados aos círculos concêntricos, abrangendo a Vizinhança Imediata da Índia, depois a chamada Vizinhança

Estendida indiana e, por fim, o terceiro círculo que inclui todo o palco global, onde o país tenta tomar o seu lugar como uma das grandes potências no início do presente século.

Verificamos que a mudança estrutural no poder causada pelo fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS exigiu uma reavaliação profunda da política externa indiana.

Constatamos que no início do Século XXI, a Índia tem, por meio de seu poder material econômico e militar, expandido sua influência político-diplomática. Utilizamos como exemplos de tal expansão a ampliação de seu entorno estratégico, chamado por Mohan de Vizinhança Imediata, e sua crescente influência na Vizinhança Estendida, que incrementou a interdependência econômica e securitária da África até o Leste Asiático.

Vimos que a Índia, em termos estruturais, aspira uma condição de grande potência global, devido às suas capacidades econômica, militar e tecnológica (nuclear). Em que pesem suas fragilidades relacionadas a pobreza de sua população e fatores de insegurança regionais, em suas relações com outras potências, em particular EUA e China, ela não pode mais ser considerada um país de segundo escalão.

Porém, apesar da habilidade de seus estrategistas políticos apresentada até então, além de fazer frente ao crescimento e disputar mercados com a China, deverá, ainda, administrar de forma cautelosa sua relação com os EUA e, em contrapartida conservar seu arsenal de armas nucleares, mantendo sob controle a tensão permanente junto ao Paquistão.

Por fim, durante a presente pesquisa notamos que a última década do século XX libertou a Índia do socialismo de Estado, dando lugar ao liberalismo econômico e a abertura à globalização. Percebemos que, com o término da Guerra Fria, Nova Delhi ficou livre para reinventar sua política externa e assim o fez, posicionando-se de forma a enfrentar a ascensão chinesa, mudando sua abordagem estratégica para com seus outros vizinhos, e começando a trabalhar em estreita colaboração aos grandes poderes existentes no mundo.

Assim, concluímos pela validade do modelo teórico apresentado, uma vez que os Círculos Concêntricos de Mohan conseguem explicar o atual posicionamento político-estratégico indiano ante as perspectivas do Século XXI.

## REFERÊNCIAS

- BAJPAI, Kanti. Indian Grand Strategy: Six Schools of Thought. Em: BAJPAI, Kanti, BASIT, Saira e KRISHNAPPA, V. *India's Grand Strategy: History, Theory, Cases*. Nova Delhi: Routledge India, 2014. 596. p.
- BONFIM, Uraci Castro. *Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - Geopolítica*. Rio de Janeiro. CPEAEx / EAD, 2005. 104 p.
- BREWSTER, David. *India's Ocean: The Story of India's Bid for Regional Leadership*. Londres. Routledge, 2014. 244. p.
- COHEN, Stephen P. *India: Emerging Power*. Washington. Brookings Institution Press, 2001. 377. p.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Subsídios para Estudo dos Fundamentos Doutrinários. Assuntos Específicos*. Vol. II. Rio de Janeiro: ESG, 2000. 284 p.
- GANGULY, Šumit e MUKHERJI, Rahul. *A Índia desde 1980*. Tradução Cristina Cavalcanti. 1. ed. Rio de Janeiro. Apicuri, 2011. 216. p.
- GANGULY, Šumit. *South Asia after the Cold War*. Em *The Washington Quarterly*, 15:4, 1992. p. 84-173.
- GARVER, John W. *The Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*. Seattle. University of Washington Press, 2001. 446. p.
- GONSALVES, Eric. *Tarapur: Lessons from the First Episode in the Indo-US Nuclear Engagement*. In: CHARI, P. R. *Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism*. Nova Delhi. Routledge, 2009. p. 18-31.
- HOFFMANN, Steven. *India and China Crisis*. Berkeley. University of California Press, 1990. 324. p.
- HOLMES, James; WINNER, Andrew; YOSHIHARA, Toshi. *Indian Naval Strategy in the Twenty-First Century*. Londres. Routledge, 2009. 244. p.
- HORN, Robert C. *Soviet-Indian Relations: Issues and Influences*. Northridge. Praeger Publishers Inc, 1982. 231. p.
- KAPLAN, Robert. *South Asia's Geography of Conflict*. CNAS, [S.l.], August, 2010. Disponível em : <[http://www.cnas.org/files/documents/publications/South%20Asias%20Geography%20of%20Conflict\\_Robert%20D.%20Kaplan\\_0.pdf](http://www.cnas.org/files/documents/publications/South%20Asias%20Geography%20of%20Conflict_Robert%20D.%20Kaplan_0.pdf)>. Acesso em 03 de julho de 2016.
- KARNAD, Bharat. *An elephant with a small 'footprint' : the realist roots of India's strategic thought and policies*. In: BAJPAI, Kanti, BASIT, Saira e KRISHNAPPA, V. *India's Grand Strategy: History, Theory, Cases*. Nova Delhi: Routledge India, 2014. 596. p.

KUX, Denis. *India and the United States: Estranged Democracies, 1941-1991*. Washington. National Defense University Press, 1992. 514. p.

LADWIG III, Walter. *A Cold Start for Hot Wars? The Indian Army's New Limited War*. Quarterly Journal: International Security. v. 32, 2008. Disponível em: <[http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/17972/cold\\_start\\_for\\_hot\\_wars\\_the\\_indian\\_armys\\_new\\_limited\\_war\\_doctrine.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/17972/cold_start_for_hot_wars_the_indian_armys_new_limited_war_doctrine.html)>. Acesso em 03 de julho de 2016.

LIMA, Maria R. Soares. *O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional*. In: Mesa Redonda: O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 175-186. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

MALIK, Mohan. *China and India: Great Power Rivals*. Nova Delhi. Viva Books, 2012. 484. p.

MAZUNDAR, Arijit. *Indian Foreign Policy in Transition: Relations with South Asia*. Nova York. Routledge, 2014. 223. p.

MOHAN, C. Raja. *Crossing the Rubicon: The Shaping of India's New Foreign Policy*. Nova Delhi. Palgrave/Macmillan, 2003. 321. p.

MOHAN, C. Raja e KHANNA, Parag. *Getting India Right*. Policy Review Hoover Institution, [S.l.], v. 135, Feb/Mar, 2006. Disponível em: <<http://www.hoover.org/research/getting-india-right>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

MOHAN, C. Raja. *India and the Balance of Power*. Foreign Affairs, July/August, 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2006-07-01/india-and-balance-power>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

MOSHAVER, Ziba. *Nuclear Weapons Proliferation in the Indian Subcontinent*. Nova York. Palgrave, 1991. 222. p.

MOYNIHAN, Daniel Patrick. *Pandaemonium: Ethnicity in International Politics*. Reimpressão. Oxford. Oxford University Press, 1994. 221. p.

MUNI, Sukh Deo. *India and Post-Cold-War World: Opportunities and Challenges*. Em Asian Survey, 31:9, 1991. p. 74-862.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 246 p.

REHMAN, Iskander. *From an Ocean of Peace to a Sea of Friends*. In: SIDHU, W. Pal, JONES, Bruce e MEHTA, Pratap Bhanu. *Shaping the Emerging World Order: India and Multilateralism*. Brookings Institution, 2013. p. 131-153. Disponível em: <[http://carnegieendowment.org/files/IREhman\\_Chapter\\_Brookings\\_Volume\\_PDF1.pdf](http://carnegieendowment.org/files/IREhman_Chapter_Brookings_Volume_PDF1.pdf)>. Acesso em 03 de julho de 2016.

SCOTT, David. *India's "Extended Neighborhood" Concept: Power Projection for a Rising Power*. *India Review*, v. 8, n. 2, 2009. p. 107-143. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14736480902901038>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

SISODIA, N. S. *Economic modernisation and the growing influence of neoliberalism in India's strategic thought*. In: BAJPAI, Kanti, BASIT, Saira e KRISHNAPPA, V. *India's Grand Strategy: History, Theory, Cases*. Nova Delhi: Routledge India, 2014. 596. p.

THOMAS, Raju G. C. *The Defense of India: A Budgetary Perspective on Strategy and Politics*. Nova York. Macmillan, 1978. 245. p.

THORNTON, Thomas P. *The New Phase in US-Pakistani Relations*. *Foreign Affairs*, Nova York. v. 68. n. 3, 1989. pp. 142-159.

VAJPAYEE, Atal Bihari. *Nuclear Anxiety: Indian's Letter to Clinton On the Nuclear Testing*. *THE NEW YORK TIMES*, 1998. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1998/05/13/world/nuclear-anxiety-indian-s-letter-to-clinton-on-the-nuclear-testing.html>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 125 p.